



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CPAN
CURSO DE DIREITO**

GRAZIELLE RODRIGUES PEREIRA

**A INFLUÊNCIA DO JEITINHO BRASILEIRO NO BACHARELISMO A PARTIR
DO CONTO TEORIA DO MEDALHÃO DE MACHADO DE ASSIS**

Trabalho de Conclusão, na modalidade artigo científico, apresentado ao Curso de Direito do Campus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação do Prof. Dr. Adalberto Fernandes Sá Júnior.

Corumbá, MS
2021

**A INFLUÊNCIA DO JEITINHO BRASILEIRO NO BACHARELISMO A PARTIR
DO CONTO TEORIA DO MEDALHÃO DE MACHADO DE ASSIS**

*THE INFLUENCE OF THE BRAZILIAN WAY ON BACHELORISM FROM THE TALE
TEORIA DO MEDALHÃO OF MACHADO DE ASSIS*

Grazielle Rodrigues Pereira

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo conhecer e compreender a influência do Jeitinho Brasileiro, que pode ser visto como algo bom ou ruim, no fenômeno do Bacharelismo no Brasil analisando sob a perspectiva do conto Teoria do Medalhão do mestre Machado de Assis publicado em 1882. Utilizando uma metodologia hipotético-dedutiva com pesquisas bibliográficas e com o auxílio de obras grandes nomes da antropologia, sociologia e história que tratam da cultura brasileira como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta, dentre outros, além de outras produções acadêmicas para entender as origens e atuações do Jeitinho e do Bacharelismo e em como ambos são identificados e configurados no conto em que o pai ensina o que o filho deve fazer para se tornar um Medalhão e ganhar o prestígio perante a sociedade dentre outros benefícios. Logo, mesmo com o passar do tempo nota-se que o Jeitinho Brasileiro e o ideal do bacharel, ainda permanecem em nossa sociedade.

Palavras-chave: Jeitinho Brasileiro. Bacharelismo. Machado de Assis. Teoria do Medalhão.

ABSTRACT:

This article aims to know and understand the influence of Brazilian Jeitinho, which can be seen as something good or bad, in the phenomenon of Bachelorism in Brazil, analyzing from the perspective of the short story Teoria do Medalhão by master Machado de Assis published in 1882. Using a hypothetical-deductive methodology with bibliographical research and with the help of works of great names in anthropology, sociology and history that deal with Brazilian culture such as Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta, among others, in addition to other academic productions to understand the origins and performances of Jeitinho and Bachelorism and how both are identified and configured in the tale in which the father teaches what his son must do to become a Medallion and gain prestige before society, among other benefits. Therefore, even with the passage of time, it is noticed that the Brazilian Jeitinho and the bachelor's ideal, still remain in our society.

Keywords: Brazilian Way. Bachelorism. Machado de Assis. Teoria do Medalhão.

Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto. (Machado de Assis)

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa com o tema “A Influência do Jeitinho Brasileiro no Bacharelismo a partir do conto Teoria do Medalhão de Machado de Assis”, conta com os pilares, do Jeitinho Brasileiro, do Bacharelismo e da literatura através do conto Teoria do Medalhão de Machado de Assis para entender a influência do Jeitinho Brasileiro na cultura jurídica brasileira pelo fenômeno do Bacharelismo.

O artigo analisa o Jeitinho Brasileiro com toda a carga sociológica, histórica, antropológica que ele tem e no meio de um mundo de possibilidades que o Direito Brasileiro tem como leque de áreas e estudos, o Bacharelismo vem como um olhar-se no espelho, um olhar para si, o Direito estudando o Direito, voltando para si, e compreendendo a formação burocrática brasileira. A junção desses dois pilares ajuda a compreender melhor nossa história, nosso passado, as heranças, a cultura, nossa formação social. E compreendendo melhor o passado podemos nos entender no presente e tentar melhorar nosso futuro. Bem como conhecer quem era o bacharel e a origem dos cursos de direito no Brasil

Agregando isso a literatura como forte ferramenta para esse entendimento e tendo como foco o conto Machadiano Teoria do Medalhão, e mostrando o quanto o jeitinho é perceptível na sociedade e inclusive na literatura, que é também um relevante vetor de conhecimento e comunicação, e que retrata a realidade. E aí entra o jeitinho que faz parte do cotidiano e da identidade nacional. Literatura que, Candido (2006) trata da relevância que a tem em mesmo contanto uma história fictícia está baseada na realidade, que os autores constróem os seus personagens com aspectos culturais e personalidade reais das pessoas.

A pesquisa teve características de abordagem qualitativa, já que não teve expressividade numérica. Sendo ela qualitativa se preocupa com o que não pode ser quantificado. Como método de abordagem o método hipotético-dedutivo. Foi utilizada técnica de pesquisa bibliográfica nas áreas de história, sociologia e antropologia para aprofundar o conhecimento a respeito dos objetos de pesquisa e fazer levantamentos de pesquisas já realizadas, inclusive, leitura de vários autores, grandes nomes da sociologia, da história e da antropologia, que tratam da formação, cultura e aspectos do povo brasileiro, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta, além de leituras em diversos artigos acadêmicos, teses e dissertações, bem como a própria obra de Machado de Assis.

Em suma, a pesquisa se propõe a entender as peculiaridades do jeitinho brasileiro e como ele se relaciona com o fenômeno do Bacharelismo identificando isso no conto Teoria

do Medalhão, além de conhecer mais sobre Machado, sua ironia a elite intelectual, e sua importância para a cultura brasileira .

1 JEITINHO BRASILEIRO: BONDADE OU MALANDRAGEM?

Fazendo um breve apontamento sobre a colonização brasileira, observa-se que nós fomos colonizados mais tardiamente e proporcionalmente herdamos menos iluminismo¹ do que outros países, como as colônias norte-americanas, por exemplo. A colonização do Brasil só iniciou com as Capitanias Hereditárias, anos após a chegada de Cabral ao Brasil. Seguindo o padrão feudal, as quatorze porções de terra ficaram sob responsabilidade de capitães donatários para investirem com recursos próprios. Esse é o início da construção dos latifúndios no Brasil.

Os portugueses que aqui chegaram eram aventureiros e maleáveis, conforme analisa Holanda (2014). Essa maleabilidade foi um diferencial entre a colonização portuguesa e a colonização da América espanhola, por exemplo. Quando vieram para cá, os portugueses renunciaram à missão de transportar o seu modo de vida para cá. Aqui eles não reproduziram o jeito de viver da metrópole. Aqui eles desenvolveram uma colonização rural voltada para exportação, típico de um povo que não tem objetivo de reproduzir sua imagem na colônia, uma colônia de exploração. Eles inibiram no Brasil qualquer infraestrutura. Eles não buscaram construir aqui alicerces fortes de uma sociedade que poderia se desenvolver. Pelo contrário, eles queriam construir menos e explorar mais.

Os Portugueses não tinham planejamento, vinham sem família, buscavam fortuna rápida, não queriam aqui constituir um lar. Anos mais tarde, começa a vinda de escravos africanos, milhões deles foram escravizados ao longo da história.

Somente depois da vinda da família real, que fugia das tropas de Napoleão por não ter aderido ao bloqueio continental, para o Brasil em 1808 é que o Brasil começou a ter características de país e não de colônia. Foram abertos os portos da colônia para outros países, até então eram fechados; houve algumas mudanças na infraestrutura do Rio de Janeiro que recebeu a família real junto com a corte, bem como a criação do Banco do Brasil, a criação da Academia Real Militar e alguns benefícios culturais como a criação da primeira

¹ Iluminismo foi um movimento cultural que se desenvolveu na Europa entre os séculos XVII e XVIII. Objetivava mudanças políticas, sociais e econômicas na sociedade, propagando o conhecimento como forma de exaltar a razão em detrimento do pensamento religioso, e assim antecipar o progresso da humanidade através de maior igualdade e maiores liberdades individuais e políticas, além de criticar o mercantilismo e os regimes absolutistas e autoritários.

biblioteca brasileira, o Jardim Botânico, a Imprensa Régia, o Real Teatro São João, dentre outros. Porém muita coisa não mudou, até hoje ainda nos restam mazelas que ainda não dispersamos.

Das várias patologias hereditárias, de acordo com Barroso (2017), o Estado brasileiro tem três fortes pilares: o patrimonialismo, o oficialismo e a cultura da desigualdade. O patrimonialismo reporta às tradições hispano-lusitanas de relações políticas, econômicas e sociais entre o Imperador e o povo. As finanças e os deveres públicos e privados se misturavam. Não havia distinção entre o patrimônio do rei e o que pertencia ao reino e ao Estado. O monarca tinha cota direta na produção e nos impostos das colônias como se fosse uma sociedade privada. Temos aí o berço da difícil separação entre o público e o privado. E está nas raízes da formação nacional brasileira.

O oficialismo é a famosa dependência do cidadão brasileiro em relação ao Estado; a ideia de que o Estado deve ser responsável por tudo, passar por todas as áreas. Tudo o que é feito depende do apoio e aval do Estado. Com o Estado sendo mais relevante que a própria sociedade, isso gera uma cultura do paternalismo, do compadrismo e um Estado patriarcal. E essa dependência se mostra na base do favoritismo e da perseguição.

Por fim, em relação à cultura da desigualdade, uma vez que não existe real igualdade entre as pessoas, começa-se a criar um universo simultâneo de prerrogativas e vantagens. O famoso “você sabe com quem está falando?”. E é aí que entra o jeitinho brasileiro. A definição do Jeitinho Brasileiro é algo multifacetado e que divide opiniões. Para uma parte dos estudiosos, ele é um aspecto relevante da formação da essência nacional. Já para a outra parte ele é fantasiado, idealizando as qualidades tropicais nossas. Existem muitas críticas em relação ao jeitinho, que traz consigo falhas da sociedade. No entendimento mais comum, o jeitinho se refere a práticas para quem tem o objetivo de alcançar algo com facilidade, usando a via informal, usando outros recursos que podem andar entre o comportamento hostil, a estima e a corrupção. O jeitinho exige uma pessoalização das relações, para se poder burlar regras sociais. E entre os praticantes do jeitinho há uma relação afetiva.

Segundo DaMatta (1997) o Estado sempre cedeu às necessidades dos mais poderosos e assim estabeleceu o poder legislativo com a consolidação de proibições às quais a população deveria acatar. Assim, como os interesses individuais são mais relevantes que as necessidades coletivas, isso gera uma falta de coesão nas relações entre pessoas. Com isso, a população, se deparando com tantas regras e proibições, usa de relações afetivas, familiares para ludibriar a situação.

Barbosa (1992) compreende que o jeitinho está por trás de uma escolha social. O jeitinho só é possível quando legitimado. No caso do Brasil, o jeitinho ainda é usado para esclarecer a natureza dos atos das pessoas. Isso não significa que nos outros países não tenham jeitinhos, mas há a falta de aprovação deste e da ligação do mesmo com a cultura local como sendo algo típico.

Para DaMatta (1997) a diferença é que as legislações dos outros países se propõem a melhorar o comportamento e funcionamento da sociedade como um comum acordo, algo da vontade da sociedade. Já no Brasil a lei, além de não vir do anseio do povo, domina e reprime o cidadão e é aplicada desigualmente entre as pessoas, principalmente de condições sociais diferentes. Logo, o descumprimento de regras nos outros países seria uma violação moral, enquanto que no Brasil, não, já que o brasileiro não teria identificação nem elo moral com a lei, já que ela não seria vontade de todos. O brasileiro oscila entre fazer a sua vontade ou ser subordinado à coação da vontade coletiva.

DaMatta (1986) definiu o jeitinho da seguinte forma:

O “jeito” é um modo e um estilo de realizar. Mas que modo é esse? É lógico que ele indica algo importante. É, sobretudo, um modo simpático, desesperado ou humano de relacionar o impessoal com o pessoal; nos casos – ou no caso – de permitir juntar um problema pessoal (atraso, falta de dinheiro, ignorância das leis por falta de divulgação, confusão legal, ambiguidade do texto da lei, má vontade do agente da norma ou do usuário, injustiça da própria lei, feita para uma dada situação, mas aplicada universalmente etc.) com um problema impessoal. Em geral, o jeito é um modo pacífico e até mesmo legítimo de resolver tais problemas, provocando essa junção inteiramente casuística da lei com a pessoa que a está utilizando (DaMatta, 1986, p. 99)

O jeitinho possui uma dualidade de interpretação, segundo Prado (2016), o entendimento positivo do jeitinho, ele é inofensivo, combina afetividade e bom humor, fazendo parte da identidade nacional, representando a malemolência e criatividade do brasileiro frente às dificuldades do cotidiano; é uma forma de sobreviver, sendo amistoso, mesmo que superficialmente. A amistosidade se manifesta com abraços, beijos, toques, comuns nos hábitos brasileiros. O jeitinho também se refere ao meio de sobrevivência do brasileiro frente às diferenças sociais, de tratamento, as carências do serviço público e da burocracia brasileira.

Já no entendimento negativo, o jeitinho remete à conhecida gambiarra, a falta de planejamento, de respeitar as regras e os prazos, de fazer tudo na última hora, de não cumprir com a palavra, de se isentar perante a sua parte de culpa nos fatos. Também, outro ponto negativo é o individualismo, é colocar as necessidades particulares acima das necessidades do povo e tudo isso sem sentimento nenhum de culpa. Um comum exemplo disso é o nepotismo,

que vemos com os milhares cargos comissionados que os agentes públicos oferecem a seus conhecidos, seu círculo de votos sob troca de benefícios. Outro ponto é o sentimento de desigualdade, de que as normas, os deveres são para os “cidadãos”, para “qualquer um” e não para os conhecidos. E aí entram os casos de furar seja qual fila for, burlar alguma eventual multa ou imposto, emitir um atestado com um médico conhecido, pagar propina para vencer a licitação e outras pequenas ou grandes fraudes que vemos no dia a dia.

Também vale esclarecer que o jeitinho brasileiro alimenta o mito do que Holanda (2014) chama de homem cordial, com o interesse privado acima do formalismo e do interesse público.

[...] A polidez, de algum modo organização de defesa ante a sociedade, [...] equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intantas sua sensibilidade e suas emoções. [...] Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo. (HOLANDA, 2014,p. 176-177)

A cordialidade vem do posicionamento bom do jeitinho brasileiro, adocicando as relações, mantendo-as informais e leves. Já ouviu-se muito a expressão “o brasileiro é um homem cordial”, a cordialidade é uma das características do homem brasileiro. Porém, entender o significado que o autor deu a essa definição é diferente. A definição na verdade é bem simples. Algumas pessoas consideram que o homem cordial é aquele homem que expressa a generosidade do povo brasileiro.

O brasileiro, então como homem cordial, seria um homem generoso, um homem que ajuda os outros, um homem que se doa para aquele que está sofrendo. Outras pessoas associam a ideia de cordialidade à nossa hospitalidade, dizendo que somos pessoas que recebem, por exemplo, muito bem os estrangeiros, que em nenhum lugar do mundo os estrangeiros são tratados como são tratados aqui. Há ainda aqueles que vão dizer que cordialidade está ligada à facilidade como nós nos relacionamos com as pessoas, a nossa alegria, a nossa espontaneidade, ao nosso samba, carnaval, a maneira aberta como nós lidamos com a vida. Por fim, haverá aqueles que associaram a cordialidade a transformação de todo e qualquer ambiente para o ambiente familiar, quer dizer, o brasileiro trata todo o ambiente, mesmo aquele mais impessoal e formal possível, trata como se estivesse na cozinha de sua casa.

E quando se associa essas ideias ao conceito de cordialidade cria-se um estereótipo do brasileiro que é reproduzido em novelas, nas mídias, mas que não é o conceito usado pelo autor. A generosidade, a hospitalidade, a facilidade no trato, este ambiente familiar que tenta-se produzir em todos os lugares são, no máximo, algumas expressões da cordialidade

brasileira, mas não toda ela. A cordialidade, para o autor, é na verdade simplesmente a superação do lado emotivo sobre a razão. O brasileiro é o homem cordial porque nele transborda a emoção e supera a razão, a superação da regra social pelo interesse individual. A cordialidade é a vitória dos nossos instintos (que não necessariamente serão positivos) sobre a nossa razão. É a vitória desta emoção que ocorre porque somos incapazes de nos relacionar de forma impessoal. Afastar a frieza do tratamento impessoal é demonstração de nossa cordialidade. Tal como a pessoalidade, a cordialidade guarda intensa relação com passado rural brasileiro. Se é a cordialidade a superação da emoção sobre a razão, é certo que os brasileiros relacionam-se com base em suas emoções dentro de suas famílias. Na época colonial a família representada pelo senhor e escravos era um microcosmo da sociedade, era tudo o que se tinha no Brasil, é natural que ao longo do tempo o brasileiro tenha aprendido que suas emoções poderiam legitimamente vencer a razão porque sendo esta uma manifestação do passado familiar patriarcal rural brasileiro, esta seria a única maneira de sobreviver no mundo.

DaMatta (1984) apresenta situações que exemplificam o mecanismo do jeitinho brasileiro: como se comporta o cidadão perante uma fila ou diante de uma determinação de proibido estacionar. Assim o jeitinho seriam práticas de relações sociais que as pessoas fazem para colocar as situações a seu favor.

Entre o senso comum, as pessoas se declaram praticantes do jeitinho e o vêem como um modo de contornar alguma situação, é “dar um jeito”. É visto também como uma forma de dar uma solução, burlando as regras de maneira criativa, usando esperteza e carisma.

Por outro lado, há imprecisões entre o entendimento do jeitinho pelas pessoas, que confundem jeitinho, favor e corrupção. Como é difícil diferenciá-los então considera-se o lado positivo e o lado negativo. E o que diferencia esses termos é a situação e depende das pessoas implicadas. Logo, estaria o favor tendendo para o polo positivo, a corrupção para o polo negativo e o jeito estaria posicionado entre ambos os polos, de modo que existem aspectos bons e ruins no jeitinho.

As situações caracterizáveis como “favor” são as que envolvem gentilezas para com o próximo. As situações de corrupção são as que estão ligadas ao uso de cargos públicos para enriquecer, por exemplo. Já o jeitinho seria furar a fila do banco, por exemplo. Percebe-se como o jeitinho confunde os limites do certo e do errado. O jeitinho contribui para a formação de indivíduos preguiçosos, malandros, ineficientes, pessoas que no serviço público, por exemplo, não correspondem ao que se espera de um bom servidor.

Assim, o jeitinho é uma prática histórica no Brasil e presente na cultura brasileira. Como o próprio nome diz, é um modo próprio que a população brasileira tem para lidar com as adversidades do dia a dia. Como o povo brasileiro não se limita pela razão, tende a ser generoso sem limites, mas também ser egoísta sem limites. Isso faz do povo brasileiro um povo instável, conduzido pelas emoções. A cordialidade torna a vida mais intensa, para o bem e para o mal.

Logo, tem-se que o jeitinho vai de um simples favor à uma grande corrupção. Como parte das várias formas do jeitinho são normalizadas e não punidas, ele acaba sendo aceito na sociedade e as gerações vão passando e continuam a não diferenciar o certo do errado. Percebe-se também que o jeitinho brasileiro detém traços da colonização e da formação nacional. Ele se passa na personalização das relações sociais e corporativas e implica no isolamento de normas que valeriam para todos. No seu lado positivo, o jeitinho traz a sutileza, associada à criatividade, solidariedade, sendo usada em muitos casos para superar as adversidades do cotidiano de um país desigual, como as deformações do serviço público e dificuldades burocráticas. Contudo, sabe-se que o lado negativo do jeitinho supera o lado positivo.

Fazer tudo no improviso, não saber respeitar os limites entre o público e o privado, colocar relações íntimas acima do dever para com os outros, alimentar a cultura da desigualdade, tudo isso são práticas que ajudam no atraso social em que vivemos. Além disso, o jeitinho ainda consegue ser pior porque as pessoas “passam pernas” nas outras e deixam de cumprir regras que, se cumpridas, beneficiaram a todos.

2 BACHARELISMO E ENSINO JURÍDICO NO BRASIL

A cultura jurídica brasileira advém do século XIX, fruto da reunião do individualismo político e do formalismo legalista herdados da metrópole portuguesa. Conforme Filho (2014) a cultura jurídica abrange comportamentos, hábitos e treinamento tanto dos operadores do direito como do cidadão comum. Para o autor são questões que se relacionam com a cultura jurídica, a formação de juízes, advogados, o que os cidadãos pensam sobre o direito, os grupos de pessoas que procuram o poder judiciário, a relação entre a estrutura de classe da população e o uso ou não dos órgãos ligados à justiça, dentre outras. A cultura jurídica então está ligada ao cotidiano dos trabalhadores do direito.

[...] No vício do bacharelismo ostenta-se também nossa tendência para exaltar acima de tudo a personalidade individual como valor próprio, superior às contingências. [...] a origem da sedução pelas carreiras liberais vincula-se

estritamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade. (HOLANDA, 2014, p. 188)

O Bacharelismo foi segundo Rozek e Santin (2013) e Freitas (2011) o fenômeno da hegemonia de bacharéis em direito na vida social e política do país, ocupando preferencialmente na vida política do país e executando também funções diversas da sua formação, devido a falta de pessoal qualificado para fazê-lo. O termo seria contrário ao juridicismo.

De acordo com Castro e Reitner (2007) “bacharel”, vem de “*Baccalaureate*”, que diferencia seu possuidor e o adornava com o status de “quase nobre” que o aspirante projetava. Ainda consoante os autores:

[...] a etimologia da palavra “bacharel” alude aos efeitos enobrecedores que este grau outorgava a seu portador. “Bacharel” deriva de “um jovem cavaleiro servindo sob outra bandeira,” e sua origem pode ser remontada ao francês *bas chevalier*, literalmente “baixo cavaleiro”, que quer dizer, cavaleiro de uma ordem inferior. (CASTRO; REITNER 2007, p. 86)

Para Venâncio Filho (1996) na cultura jurídica se destacaram na época três figuras: o bacharel seria o homem de cultura, intelectual mas que não exerce a profissão; o advogado, operador do direito dado à política e à aplicação da lei; e o jurista, teórico, dado mais ao direito do que a lei. O objetivo do bacharelismo é fazer da lei um modo de atuação política moldando os fatos às normas, já o juridicismo renovaria a configuração jurídica tendo no direito uma forma de inovação social. O bacharel teria um caráter mais conservador, usando a lei. Por sua vez, o jurista teria um caráter mais inovador social, usando a política.

O bacharelismo indicaria, simplesmente, o primado do bacharel no plano social, político e cultural do país. Mas quando se revela que este está sujeito a desvios, ele toma uma forma caricatural e passa a ser designado como *bacharelise*. O termo *bacharelise*, evidentemente, tem uma conotação pejorativa, pois que define a afetação de quem procura comportar-se como bacharel, ou seja, vale-se de palavreado vazio, pretensioso e de uma retórica inócua como forma de demonstrar uma falsa eloquência. Enfim, o termo revela a coexistência de um dualismo dentro do fenômeno social em questão. O outro lado do bacharelismo seria então o falso bacharel, um indivíduo que é levado a seguir esse modelo do bacharel e protagonizar um fenômeno de conotação ridícula. É claro que o termo também pode ser usado para definir aquele bacharel mal formado, que se imiscui por meio de pose e linguagem cheia de artificialismo, denotando um arquétipo de imitação, ainda que de forma inconsciente. (FREITAS 2010, p. 85)

O ápice da figura do bacharel no Brasil se deu entre o Segundo Reinado até a Primeira República. Esse episódio estabeleceu a crença de que somente o operador do direito fosse apropriado a exercer qualquer função que lhe fosse atribuída, desde atividades burocráticas nas repartições públicas como cargos políticos.

Lembrando que, durante o Império, mesmo com o Brasil já tendo conquistado sua autonomia política, o recém Estado ainda levava consigo fortes tradições coloniais, escravistas e ruralistas, que podiam ser vistas nos recintos administrativos, políticos e jurídicos.

Os bacharéis tinham a atividade de completar lacunas vazias, já que na sociedade colonial só havia duas classes: a elite latifundiária e a mão-de-obra escrava ou com trabalhadores livres e pobres. Os bacharéis vieram ocupar as vagas ociosas de homens letrados que faltavam.

Primeiramente, os bacharéis, que eram filhos da elite rural, formavam-se em Coimbra. Como o Brasil teve uma educação tardia em relação às colônias da América Espanhola, porque tivemos uma formação centralizada visada pela coroa portuguesa, o analfabetismo era grande e a carência de educação superior também. Também sabemos que não é de hoje que o Brasil tem fama de importar modelos de fora e com a educação não foi diferente.

Segundo Rozek e Santi (2013) até antes da Proclamação da Independência o ensino superior só era realizado na Europa e era um privilégio apenas das classes dominantes. De acordo com Freitas (2010) a criação dos cursos de direito no Brasil só foram instituídos em 1827, com a finalidade de formar pessoal para atuar na administração pública e na atividade política brasileira, ou seja, só quem tinha a prerrogativa de formação de uma elite intelectual e burocrática é que poderia ter essa formação e desenvolver essas atividades. Assim, vemos que o curso de Direito foi, por muito tempo, a principal opção para a instituição da burocracia estatal. Ele servia à burocracia.

Segundo Zimmerman (2014), Portugal, com sua política mercantilista, já possuía interesses em sua expansão comercial e marítima, para buscar riquezas e novas terras. Os colonizadores que aqui chegaram iniciaram a colonização em 1530. Com as capitanias hereditárias, o território foi dividido em 15 capitanias que eram governadas, uma por um capitão-geral e outra, por um capitão-mor. A primeira autoridade de Justiça era o ouvidor, que era responsável pela constituição político-administrativa e tinha como suporte jurídico a Carta de Doação e o Foral, na qual o rei de Portugal concede a administração vitalícia e hereditária ao donatário da capitania. No Foral continham as prerrogativas e tributos que o povo pagaria ao rei e ao donatário da capitania.

Passados muitos anos e com o avanço das ideias iluministas (como a valorização da razão para deslegitimar o modelo de Estado absolutista e autoritário) na Europa e depois no Brasil, isso não fez parte da rotina do povo brasileiro, já que por aqui se adotava pela elite o liberalismo adaptado à realidade da elite local.

As escolas de Direito de Recife e de São Paulo proporcionaram um elo entre o norte e o sul do país, para que os filhos dos grandes proprietários de terras continuassem os seus negócios. Isso, juntamente com a Constituição de 1824, período pós-independência, outorgada por Dom Pedro I, estabeleceu a monarquia unitária e hereditária com a presença dos quatro poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, sendo o último acima dos outros e pertencente ao imperador. Isto gerou um forte autoritarismo. Não havia um regime democrático de direitos. O povo não participava das decisões do Estado. O poder era centralizado nas mãos do imperador.

Ainda segundo Zimmerman (2014), existiam também outros documentos legislativos importantes, como o Código Criminal de 1830 e os Códigos de Processo Criminal e Código Comercial de 1850. Em 1871, surgiu o sistema de júri popular, representando a vontade dos cidadãos locais. Vale salientar que a estrutura judicial do Império era formada por magistrados que reproduziam as vontades do imperador ou os interesses dos portugueses. Os magistrados faziam parte de uma parte privilegiada da sociedade e não tinham o mínimo compromisso com a população. Apenas seguiam o perfil político-burocrático da época.

Como demonstrou Sueyoshi (2007), quando os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, estava em vigor em Portugal as ordenações Afonsinas, que logo foram substituídas pelas ordenações Manuelinas em 1512. Em 1603, foram substituídas pelas ordenações Filipinas, que para o Brasil foi uma das mais importantes para a base do direito brasileiro, porque, quando o Brasil se tornou independente em 1822, ele não tinha a sua própria legislação. Por esta razão, continuou usando a legislação portuguesa. Editou-se a primeira Constituição Brasileira, porém ainda não tinha seus próprios códigos, suas próprias leis. Assim, as ordenações Filipinas estiveram vigentes no Brasil até a entrada em vigor do Código Civil apenas em 1916.

Rozek e Santin (2013) fizeram uma comparação entre a história do Brasil e a história do direito no Brasil e concluíram que o Brasil se guiava por ideias patriarcais e centralizadoras, enquanto seus institutos jurídicos se guiavam nas ideias de liberdade das sociedades europeias. E essa falta de cadência entre as culturas e os ordenamentos jurídicos brasileiros resultou um desequilíbrio na eficiência das leis e uma equivocada ideia de progresso, pois não fomos preparados para utilizar as leis que importamos das revoluções dos outros países. Assim, as instituições político-jurídicas nacionais possuem uma mentalidade diferente da mentalidade nacional.

Como foi visto, foi por influência do fenômeno do Bacharelismo que se criaram as primeiras faculdades de Direito do Brasil e, posteriormente, expandiu-se o ensino jurídico no Brasil. Na época, eles eram vistos como os principais intelectuais do país.

Assim, foi criado o mito de que só os bacharéis em direito seriam os capacitados para guiar a política e o serviço público no país. A intenção era estender a elite rural ao serviço público brasileiro, com preocupação em atender não as concepções jurídico-políticas do Estado mas sim a uma minoria influente. Segundo Rozek e Santin (2013) o bacharelismo se personificava em “funcionários públicos, administradores, burocratas, conselheiros, parlamentares, entre outros, constituíram-se em uma “casta” ilustrada, formada majoritariamente nos cursos de Olinda e São Paulo, de feição Coimbra”.

Então, alcançar um diploma de bacharel em direito era mais do que a certeza de que se seria um advogado ou algum cargo jurídico, mas além disso, se conquistava um lugar na classe política, que usava desse título como meio de se diferenciar dos demais e garantir a dominação e o poder além de outros benefícios.

Segundo Wermuth e Nielsson (2016) o ensino jurídico no Brasil era um ensino “de” Direito e não ensino “do” Direito, tendo uma pedagogia com o viés pragmático e tecnicista que reproduziria as patologias do liberalismo.

Porém, o bacharel também carrega consigo uma formação cultural mediana e acaba se tornando uma caricatura do que se aguarda de um bacharel em direito. Ele é fruto de formações feitas de qualquer jeito.

As práticas bacharelescas não estavam ligadas somente à oratória jurídica. Ligavam-se a uma cultura livresca e com diplomas, indiferente a realidade da população.

Nos estudos histórico-sociológicos de Freyre (2013) e Holanda (2014), o bacharelismo é uma demonstração de poder no ambiente organizacional brasileiro, já que eles mostram as estruturas das relações políticas num país colonizado como o Brasil e em como a colonização influencia as relações sociais até hoje. Sérgio Buarque de Holanda (2014) traz as particularidades da colonização do povo brasileiro e em como ela influencia a sociedade brasileira da época, 1930, e vemos que essa influência perdura até hoje.

Freyre (2013) mostra como a valorização social voltada para a Europa burguesa mudou o estilo de vida no Brasil. Trocou-se a vida mais rude na casa grande do senhor e seu capitão-mor, homens mais velhos, pelo sobrado e a vida mais aristocrática (de toga e de beca) na cidade com a nova nobreza dos jovens doutores e bacharéis. A vida política proporcionou até mais rápida ascensão dos bacharéis do que a própria vida jurídica, principalmente durante o reinado de Dom Pedro II. Para o autor, o segundo reinado foi o reinado dos bacharéis.

A ascensão do bacharel ou doutor – mulato ou não – afrancesado trouxe para a vida brasileira muita fuga da realidade através de leis quase freudianas nas suas raízes ou nos seus verdadeiros motivos. Leis copiadas das francesas e das inglesas e em oposição às portuguesas: revolta de filhos contra pais.[...] Se houve doutores e bacharéis formados na Europa do fim do século XVIII que reuniram, como Arruda Câmara, a teoria europeia a qualidades de curandeiros dos nossos males sociais por processos brasileiros, muitos se exageraram na doutrina. E foram uns românticos ou então uns livrescos, imaginando que dirigiam país castiçamente europeu: e não uma população mulata, mestiça, plural. [...] Entretanto, o prestígio do título de “bacharel” e de “doutor” veio crescendo nos meios urbanos e mesmo nos rústicos desde os começos do Império. Nos jornais, notícias e avisos sobre “bacharéis formados”, “doutores” e até “senhores estudantes”, principiaram desde os primeiros anos do século XIX a anunciar o novo poder aristocrático que se levantava, envolvido nas suas sobrecasacas ou nas suas becas de seda preta, que nos bacharéis-ministros ou nos doutores-desembargadores, tornavam-se becas “ricamente bordadas” e importadas do Oriente. Vestes quase de mandarins. Trajos quase de casta. E esses trajos capazes de aristocratizarem homens de cor, mulatos, “morenos” (FREYRE, 2013, p. 451 - 453).

Verifica-se, como, principalmente ao longo do Império, ser bacharel em direito proporcionava status ao jovem, já que a sociedade não valorizava o trabalho (como até hoje não o faz). E que os bacharéis com sua cultura controlada e dócil nada mais faziam do que garantir que a burocracia e a máquina estatal brasileira funcionasse conforme queriam os interesses oligárquicos, como por exemplo a Lei n. 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras². Reparando um pouco da cultura jurídica e do bacharelismo percebe-se como o operador do direito materializa os padrões e convicções que já carrega ao longo da vida até a sua formação e que acabam por influenciar tanto a compreensão que tem de sua função social como da atuação técnica do direito. É na prática que o profissional une o resultado do que foi aprendido na academia com o resultado de sua socialização.

3 A INFLUÊNCIA DO JEITINHO BRASILEIRO NO BACHARELISMO

3.1 O SARCASMO DE MACHADO DE ASSIS AO BACHAREL

Este capítulo inicia-se falando do “Bruxo do Cosme Velho”, “homem subterrâneo”, “mestre da periferia do capitalismo”. São vários os modos de se referir a Machado de Assis. Filho de um operário mestiço e de uma dona de casa portuguesa, Joaquim Maria Machado de

² No século XIX com o contexto do fortalecimento da economia capitalista, o uso da terra estava ligado à economia, sendo assim, explorada ao máximo. A Lei de Terras previa critérios para os direitos e deveres dos donos de terras, dificultando o acesso à terra aos imigrantes e ex-escravos, já que nenhuma sesmaria nova poderia ser dada ao proprietário ou reconhecida a ocupação se a pessoa lá já estivesse. As terras que não tinham dono, nem pertenciam ao Estado, chamadas terras devolutas, poderiam ser conquistadas somente pela compra.

Assis nasceu em 2 de junho de 1839. Teve uma infância simples. Os pais vieram a falecer cedo e ele foi criado pela madrastra. Na adolescência foi vítima de preconceito por ser mulato, pobre, gago e epilético. Mesmo assim, Joaquim se interessou pela vida intelectual. Teve seu primeiro poema publicado com apenas 16 anos de idade. Teve vários cargos na imprensa e paralelamente teve uma carreira em cargos públicos. Só com o serviço público começou sua ascensão social. Em 1869, casou-se com Carolina Augusta Novais.

Sua obra é dividida em duas fases: os romances da primeira fase são considerados convencionais tanto por terem características do romantismo como pela abordagem do contexto social. Nessa época, escreveu obras como *Histórias da Meia-Noite* (1873), *A Mão e a Luva* (1873), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878). Mais tarde, em sua fase madura, o autor se mostra com uma visão crítica e realista da cultura brasileira. Escreveu *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1892), *Páginas Escolhidas* (1899) e *Dom Casmurro* (1900). Além dos romances, Machado escreveu cerca de 200 contos. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, sendo o primeiro presidente, cargo que ocupou por 10 anos. Faleceu aos 69 anos, em 29 de outubro de 1908.

Machado de Assis foi um crítico da cultura jurídica no Brasil do século XIX e início do século XX. Como foi visto anteriormente, na formação social brasileira, a sociedade não tinha uma preocupação em seguir as leis. Elas não foram criadas do anseio social e da mesma forma foi a vida jurídica nacional. Holanda (2014) tratou sobre como o homem cordial usa de discursos e teses exclusivamente de enfeite e da desobediência das formalidades. Estes são também aspectos encontrados em juristas brasileiros.

Para Holanda (2014), o bacharel acreditava no poder das ideias e do idealismo jurídico. Por sua vez, para Machado de Assis, as ideias entre os juristas-medalhães não são mais do que meras repetições do que já se foi pensado.

E usando suas características de ironia, sarcasmo e pessimismo, Machado de Assis, em sua segunda fase, criticou a corrupção da serventia do Direito, concretizada por uma cultura jurídica-intelectual que nega a vida real. A seguir, temos um exemplo das ironias ao juridicismo:

Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento. [...] Melhor do que tudo isso, porém, que afinal não passa de mero adorno, são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil. (ASSIS, 1994, p. 4)

Como o próprio Machado já veio de uma classe mais baixa e de uma condição intelectual de um Brasil praticamente sem universidades e sem instituições que

proporcionassem uma vida intelectual, a única saída era o serviço público. Ele acabou então, como outros autores de sua época, colocando situações do seu cotidiano em seus livros e personagens, eles eram dependentes da mesma ordem social da qual eles escreviam e criticavam.

A obra de Machado apresenta um retrato vivo da elite oligárquica e patriarcal da capital do Império, a mesma que ele conheceu de perto, mas da qual jamais fez parte. Distanciava-o não apenas a origem maculada, mas também seus valores e princípios, os quais não podem ser reduzidos à sua classe de origem ou à qual se associou devido ao sucesso. Machado retratou a sociedade brasileira de seu tempo através de histórias das desventuras de nossa elite, seus descasos, autoritarismos e brutalidade com relação aos menos favorecidos na escala social. Embora não tenha criado protagonistas das classes menos favorecidas, negros ou mulatos, esta opção não denota falta de consciência com relação às desigualdades raciais, econômicas e políticas. (MISKOLCI, 2006, p. 369-370)

A seguir será analisar-se-á o conto Teoria do Medalhão, identificando nele práticas do Jeitinho Brasileiro e o sarcasmo de Machado ao Bacharelismo.

3.2 TEORIA DO MEDALHÃO

O conto Teoria do Medalhão, hoje um clássico, foi publicado pela primeira vez em 1882 na Gazeta de Notícias e republicado no livro *Papéis Avulsos*. Na época Machado estava em sua fase madura da carreira, escrevendo com seu famoso tom satírico.

O conto Teoria do Medalhão retrata um diálogo entre pai e filho, após o jantar de aniversário de 21 anos do filho.

A história se passa na noite de 5 de agosto, às 23 horas, logo depois da festa de aniversário de 21 anos de Janjão. Mesmo com a maioridade absoluta e tendo já algumas apólices em seu nome, observamos que Janjão ainda teria muita coisa a aprender. E essa aprendizagem é o foco do conto, todo baseado em uma sequência de falas, discurso direto entre pai e filho. E o pai fala que vai passar a grande mensagem da noite, ensinar o filho a ser um Medalhão. Medalhão no sentido de ser notório, famoso, não por conta de um grande feito, mas apenas pela fama, uma notoriedade vazia, sem nenhum conteúdo, sem nada de útil ou expressivo a acrescentar para a sociedade.

Ao passar os conceitos de como ser um Medalhão, o pai ainda fala que o filho é perfeito para assumir essa função porque ele não tem ideias próprias. As ideias que ele tem são copiadas. Ele reproduz ideias. Ou, então, as ideias seriam preocupações superficiais e fúteis, como o tamanho do chapéu, o corte do colete, o barulho da bota.

O pai ensina ao filho a se dedicar a certas atividades que não estimulam o pensamento. Aconselha ainda o filho a não andar sozinho, porque estando sozinho isso estimula ele a refletir, pensar e isso não seria bom na concepção do pai, desenvolver ideias próprias.

[...] Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. [...] Mas qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. [...] Uma vez entrado na carreira, debes pôr todo o cuidado nas idéias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. [...] (ASSIS, 1994, p. 2).

Ele até aconselha o filho a frequentar livrarias, contudo, segundo o pai, não é pela intelectualidade do lugar, é sim porque em livrarias as pessoas ficam trocando sempre as mesmas ideias, então é um local ideal para a redução de sua capacidade intelectual. O pai ainda aconselha o filho a ler manuais de retórica, do ato de falar bonito. Janjão deve usar frases bonitas, de efeito, porém que no fundo não tem conteúdo nenhum. A leitura desses manuais vai ensinar o menino a pensar o já pensado, seja por expressões em latim, que são bastante chamativas, seja por usar os tais clichês, aquelas expressões batidas, expressões que escondem carências de pensamentos, de ideias próprias, de argumentos.

O pai também aconselha é que o filho promova festas, dê mimos, presentes, doações às pessoas, porque assim ele ganhará nome, até o momento em que ele não precise mais chamar a fama, ela é que irá em sua direção. Seguindo todas as teorias do pai, Janjão finalmente entrará na terra prometida, se tornará um medalhão, uma celebridade, se tornará o adjetivo da sociedade.

É a política o campo ideal para o filho se tornar um medalhão, porque posições políticas indicam ideias, é necessário ter ideais. Mas o pai pensa diferente. Não interessa ter ideias, são meros detalhes. O que interessa é lidar ou com assuntos pequenos do dia a dia, ou com assuntos metafísicos, no sentido de algo que vai além da compreensão comum, sentidos ocultos, teorias sem sentido para atrair a atenção do povo e inflamar a atenção do povo para ele alcançar a sonhada fama. O pai fala que o tal caminho absurdo da metafísica é o que consegue mais resultados porque não obriga ninguém a pensar e nem a descobrir a verdade, ou seja, ter compromisso com a verdade é o de menos para se tornar um medalhão, para ter status. Não que a filosofia deva ser desprezada, ela deve estar em sua fala e escrita, mas nunca na realidade, ou seja, ela deve ser apenas citada. Assim, o objetivo é ficar famoso por algo que ele escreva mas que na verdade não corresponde à realidade.

O pai está mostrando para o filho que, para ele se tornar um medalhão, ele deve fugir de reflexões, de ideias próprias, não deve ter originalidade. Isso não significa que ele não vá ter senso de humor, mas humor sem ironia. Ele pede para o filho praticar a chalaça, um humor vulgar, rasteiro. É esse tipo de humor que chama a atenção do povo, porque afinal, se ele usar a ironia quem iria entendê-lo?

No fim, temos um pai que ensina ao filho a grande lição de vida que foge dos padrões da moral estabelecida na nossa sociedade. E, no fim do conto, Machado usa do cinismo, quando enuncia valores que são combatidos pela sociedade. O cinismo vai mostrar como realmente funciona a sociedade. O pai termina falando para o filho que essa lição que ele passou para o rapaz vale bem mais do que Maquiavel. O filho deve se preparar para o lado ruim da sociedade. É com essa “maldade” que ele irá vencer na vida, bem maquiavélico.

Com a leitura do conto, percebe-se que, durante a conversa familiar, o filho aprende o que um homem deve fazer para ser prestigiado ou não pela sociedade. O autor utiliza-se de diálogos diretos entre o pai e o filho de ironias para mostrar as características da sociedade da época.

Ele é um conto paradoxal, porque dá o caminho de um ofício para não trabalhar, recomenda disciplina, trabalho de linguagem, posição pública, publicidade, mas é com a finalidade de não trabalhar. Entende-se que é pura aparência. Ele mostra o indivíduo (não todos) que, no direito, faz o uso da retórica vazia, com a utilização de senso comum, de palavras vazias que dão uma visibilidade para o discurso, mas não dão uma transparência para o discurso, ou seja, um discurso que não diz nada.

O pai recomenda que o filho use um discurso sem profundidade. É o uso de ideias prontas, palavras-chave que irão permitir acessar não só postos, mas o reconhecimento público.

Por conseguinte, percebe-se como Machado, sendo cético em relação ao progresso, satirizou a dita evolução da sociedade brasileira por meio de um diálogo entre pai e filho, por meio de atos de glorificação mostrados pelo pai e ridicularizados através dos conselhos que o pai deu ao seu filho Janjão, conselhos estes carregados de ironia e sarcasmo machadianos. Eles, se bem executados, levariam a um tipo específico de homem, não qualquer um, o bacharel, a ser exaltado e reverenciado pela sociedade, que quer o avanço, a melhoria e quer, ao mesmo tempo, idolatrar o bacharel.

Machado construiu sua obra sob a perspectiva do intelectual que não se acomodou a uma posição privilegiada nem aderiu ao discurso da maioria e, graças a esta opção pôde apresentar suas críticas ao intelectual orgânico e burocrático em ascensão.

Machado de Assis foi seu oposto e ocupa lugar de destaque entre aqueles que fizeram de sua obra uma forma de resistência intelectual. (MISKOLCI, 2006, p. 374-375)

O conto mostra como Machado analisava figuras da elite e fazia críticas sutis a elas, tanto que a própria elite era o grande público leitor de suas obras. Contudo o fato dele ter concentrado seus romances no campo da elite, não significa que ele detinha os mesmos valores que a elite.

Segundo Fernandes (2001), Machado de Assis faz uma crítica ao formalismo jurídico de araque, o qual ajuda a garantir o poder em uma cultura que não se preocupa com os direitos humanos e nem com os impactos sociais das leis. Também para Grinberg (2002), os próprios direitos civis são só aparência, pois a cultura patriarcal não foi mudada.

O autor trata no conto sobre uma sociedade que valoriza mais a aparência, o status do que a essência e o caráter. Assim, tem-se que, para Machado, o bacharel brasileiro almejava ser um medalhão, assim como o homem cordial de Holanda (2014). E a formação acadêmica brasileira, a partir de 1827, visou atender as demandas do liberalismo brasileiro, o que acontece até hoje, com a multiplicação de inúmeros cursos de Direito pelo Brasil.

O mesmo direi de toda a recente terminologia científica; deves decorá-la. Conquanto o rasgo peculiar do medalhão seja uma certa atitude de deus Término, e as ciências sejam obra do movimento humano, como tens de ser medalhão mais tarde, convém tomar as armas do teu tempo. [...]

- Se for ao parlamento, posso ocupar a tribuna?

- Podes e deves; é um modo de convocar a atenção pública. Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: - ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica. Os negócios miúdos, força é confessá-lo, não desdizem daquela chateza de bom-tom, própria de um medalhão acabado; mas, se puderes, adota a metafísica; - é mais fácil e mais atraente.. [...]Um discurso de metafísica política apaixona naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade. Um medalhão acabado; mas, se puderes, adota a metafísica; - é mais fácil e mais atraente. [...] (ASSIS, 1994, p. 6).

Segundo Souza (2016), essa obra não é o único Medalhão de que Machado trata ao longo de sua carreira. Muitos são os Medalhões. Há os personagens: Estácio, Jorge, Bentinho, Lobo Neves, Quincas Borba, Conselheiro Aires, Pedro e Paulo, Banqueiro Santos. Estes são os mais conhecidos. Todos os medalhões machadianos se encontraram em uma única obra: no conto Teoria do Medalhão, conto que, como foi visto, traz uma síntese de imagens literárias machadianas e nos ajudam a entender e refletir sobre a consagração da sociedade brasileira do século XIX.

De acordo com Batista Mendes e Lélis Mendes (2014) na obra de Machado há em torno de cem personagens ligados ao mundo jurídico: estudantes de direito, bacharéis, jornalistas, professores, políticos, advogados, juizes, cada um com comportamento diferente.

Como o Brasil nessa época estava no ápice do Bacharelismo, nada melhor do que entrar no mundo do direito para acessar a elite brasileira, como fez Machado de Assis. Consta-se como o pai ensina o filho a usar de jeitinhos para entrar e se manter em grupo privilegiado e com status e poder perante os demais setores da sociedade, usando a educação, não para analisar e modificar a sociedade e a política, mas como um modo de garantir status e poder social. Segundo Castro e Reiter (2007) os bacharéis são precursores na institucionalização do uso da educação e na institucionalização de considerar o serviço público não como servir o povo mas como um privilégio que o vai colocar acima dos demais. Assim, tem-se que a educação foi o jeitinho mais fácil que os bacharéis usaram para deter poder e prestígio social, que é o que o se tem no conto, o pai dando dicas ao filho para ser um medalhão, não para contribuir para resolver os problemas reais do Brasil

Logo, verifica-se como o liberalismo importado pelos bacharéis era apenas uma fachada para esconder os interesses privados da elite. Que mesmo uma nação escravocrata adotou impropriamente ideias europeias sem adaptá-las à nossa realidade. Assim, a elite defendia o lado do liberalismo no que lhe interessava enquanto classe, como a liberdade de comércio e a representação parlamentar, mas continuava escravocrata e patriarcal, por exemplo.

O objetivo do bacharel seria, com o acesso à educação e a títulos, galgar o status social e aumentar a distância com os cidadãos comuns. Consoante Castro e Reiter (2007) a educação era uma forma de ingresso, passaporte para uma vida de status social ao mesmo tempo que servia de controle de entrada para outros que eram interditados, indicando critérios para segregar quem pertencia a qual grupo, separando os mais e os menos educados. Sendo assim usado como um capital simbólico.

Capital simbólico este que Bourdieu (2007) em suas análises das relações de poder ao longo do tempo o autor ampliou a noção de poder, que antes estava totalmente ligada à ideia de capital. Bourdieu apontou que a questão simbólica está também vinculada à noção de poder. Ele ampliou a noção tradicional de capital, dizendo que existem vários capitais dentro da sociedade, não apenas o capital econômico. E dentre os capitais a figura do bacharel o capital cultural, com a noção de saber, de conhecimento, a pessoa intelectualizada, que como foi visto no conto o pai quer que o filho seja intelectual para que através de títulos e diplomas seja reconhecido, detendo assim, prestígio perante a sociedade, isto é, capital simbólico. O

bacharel também é contemplado com capital social, que são as relações sociais privilegiadas, algo muito comum nas práticas cotidianas do jeitinho brasileiro, que se converte em um grande instrumento de poder. O poder então, é mais do que material, econômico, é simbólico, e está revestido pelos capitais cultural, simbólico e social.

Os bacharéis então, criaram uma espécie de “*habitus*”³ e usaram de linguagem retórica e sofisticada que vai automaticamente excluindo parte do povo de participar de discursos públicos. Para Castro e Reitner (2007) a linguagem facilita a segregação e dificulta o acesso exclusivo a estes discursos se tornando um meio para garantir privilégios. E muitos usam do conhecer alguém, da indicação, do jeitinho, reproduzindo o “*habitus*” dos que detém o poder.

O que existiam eram intelectuais da caricatura. A preocupação era em ter o aplauso pela boa erudição, de uma espécie de sedução mental. Palavras ao vento eram jogadas, sem substância.

Percebe-se, assim, que o trabalho intelectual no Brasil, em muitos casos, é um trabalho fora do mundo real. É uma realidade livresca separada do mundo, um mundo de ideias onde eu posso me abrigar dessa realidade da qual eu não quero fazer esforço para melhorar. O mundo intelectual que sempre esteve longe do povo.

Nota-se que o brilho de alguns dos intelectuais brasileiros não estava ligado tanto à obra produzida e sim ao ator que a produziu. Em nossa cultura, exalta-se mais o intelectual e menos a obra. O critério para o surgimento do intelectual brasileiro está no talento e não no preparo, o que o torna arrogante.

³ Segundo Bourdieu (2003) *habitus* é um conceito que o autor usou para definir o conjunto de predisposições que possibilita o indivíduo atuar numa determinada estrutura social, são estruturas estruturadas, que funcionam como estruturas estruturantes, ou seja, é uma grade de leitura que os indivíduos dispõem para ler a vida social deste modo, o agente deixa de ser um apêndice da estrutura para voltar a criar, agir, mesmo que apenas em certas condições. O *habitus* é a junção de vida social e individual do sujeito herdado da família e reforçado na escola. O *habitus* cria sistemas de classificações, que são internalizadas subjetivamente nas pessoas e lhes são dadas ações que serão realizadas cada um dentro da sua classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo possibilitou conhecer e entender o Jeitinho Brasileiro e o Bacharelismo através do conto Teoria do Medalhão de Machado de Assis, além de conhecer mais sobre o autor, que tanto contribuiu com a cultura brasileira.

A realização de pesquisas bibliográficas facilitaram em todo o direcionamento da pesquisa e o levantamento histórico para entender as raízes do jeitinho brasileiro e depois o apogeu do bacharelismo e ambos se confundiram com a própria história do Brasil.

Primeiramente foram apresentadas as raízes do jeitinho brasileiro, e o que ele representou e representa na sociedade a maneira especial do brasileiro resolver as coisas. Foram mostradas as duas linhas de entendimento sobre ele, uma interpretação positiva, mostrando o lado bom através do favor e da gentileza e outra negativa mostrando como ele contribui para as mazelas sociais, e que respinga no funcionalismo público. O conceito do homem cordial e em como ele se encaixa nas práticas do jeitinho, em confundir o público com o privado.

Em seguida foi explicado sobre o contexto da origem do ensino do Direito no Brasil, e do fenômeno do bacharelismo que representado pelos bacharéis em direito tiveram forte presença na vida social e política brasileira

E por fim, a riqueza da literatura brasileira com o conto Teoria do Medalhão, que vem agregar com a visão realista no tom irônico do mestre Machado de Assis, contando a história de um pai que ensina dicas ao filho, de como se fazer parecer um Medalhão, sendo um homem cordial retórico, que para tudo tem um jeitinho, não precisa pensar; e que para se ter um lugar na sociedade e no Estado, não precisa ser vocacionado a servir ao povo. Este capítulo mostrou a configuração do bacharelismo e do jeitinho através da literatura.

E observa-se como tudo que foi tratado no artigo se repetiu ao longo do tempo e se repete até hoje, quando crianças e jovens são educados (os que conseguem ser educados) para para serem profissionais distantes do povo, no sentido de não ter um sentimento de pertencimento e serviço para com o povo, pelo contrário, são instruídos a serem superiores ao povo, seja por já ser de família nobre ou por dever ter um tratamento honroso que o cargo irá lhe proporcionar.

O que se viu e ainda é visto é a relevância de se ter um diploma superior é bastante considerada entre a elite brasileira. Até hoje é grande o número de ocupantes de cargos de alto escalão no serviço público exigem o de tratamento de “doutor”, (mesmo sem nunca ter

defendido uma tese). Há também os de cargos de escalão mais baixo que, embora mais próximo do povo, se mostram como nobres e superiores.

Em desfecho deste artigo,conclui-se que os personagens de Janjão e seu pai sobreviveram ao longo do tempo tomando formas e conceitos diferentes, que fazem todos os jeitinhos para se dar bem, ultrapassando o ócio, e sendo mais astuto já que o pai quer que o filho utilize as instituições para ter poder e prestígio social, sem falar que para o pai a profissão de Medalhão daria segurança ao filho para o futuro, e cultivando, assim, o individualismo, fortalecendo o culto à personalidade, como quando profissionais liberais formados nas academias deixam sua profissão para ocupar cargos na vida política. Precisa-se, apesar de tudo, não ser pessimista e internalizar que o que é correto deve ser feito mesmo quando não tem ninguém fazendo ou olhando e que a generosidade do povo brasileiro se sobressaia com o lado bom, e não com o lado de que as pessoas podem ser compradas e de que uns são superiores aos outros.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro : Nova Aguilar 1994. v. II. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000232.pdf>. Acesso em: 21.set.2021.

BARROSO, Luís Roberto. **Ética e jeitinho brasileiro: por que a gente é assim?** Palestra proferida na **Brazil Conference**. Harvard University, 2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-abr-10/leia-integra-palestra-barroso-jeitinho-brasileiro>>. Acesso em: 23.abr.2021.

BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BATISTA MENDES, Josélia; LELIS MENDES, Yuri Vieira Tupynambá de. Aspectos do Bacharelismo em Machado de Assis. **Revista Eletrônica do Curso de Direito UFSM**. Santa Maria, v.9 n.1, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CASTRO, João Batista de Júnior; REITER, Bernd. Continuidade e mudança no Brasil: os legados do bacharelismo. **Revista Ajufe**, Brasília, n.88 v. 23, p.81-102, abr./jun. 2007.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudo de teoria e história literária. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DA MATTA, R. **Carnaval, malandros e heróis**. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984

FILHO, Roberto Freitas. **As normas abertas e o método do ensino jurídico**. Ensino do direito em debate. In: **1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente**. 2013, São Paulo: Direito GV, 2013.

FREITAS, Lucas de. O Bacharelismo no Brasil e o Atual Fenômeno da Bacharelise: uma análise sócio-histórica. **QUAESTIO**, Sorocaba, SP, v. 12, p. 81-91, nov. 2010.

FERNANDES, Pádua. Machado de Assis e o olhar irônico no país dos bacharéis. **Revista Ética e Filosofia Política**. Juiz de Fora, v.2, n. 14, p.54-68, out. 2001.

Gilberto Freyre. **Sobrados e Mucambos**. 1ª edição digital, Global. São Paulo: 2013.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**: Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ed. São Paulo Companhia das Letras, 2014.

MISKOLCI, Richard. Machado de Assis, o outsider estabelecido. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.15, p. 402-411, jan./jun. 2006.

PRADO, Alyssa Magalhães. O Jeitinho Brasileiro: uma revisão bibliográfica. **Horizonte Científico**. v.10, n.1. Ago. 2016.

ROZEK, Marli; SANTIN, Janaína Rigo. **História do direito**. In: XXII Encontro Nacional do CONPEDI / UNINOVE, 2013, Florianópolis : FUNJAB, 2013.

SOUZA, João Paulo Bandeira de. **Machado de Assis entre Caiporas e Medalhões: glorificação, cultura e política**. 2016. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Humanidades, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2016.

SUEYOSHI, Tabir Dal Poggetto Oliveira. As Sesmarias nas Ordenações do Reino. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 102, p. 695-711. jan./dez. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67775/70383> Acesso em: 22.set.2021.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1977.

WERMUTH, Maiquel Ângelo; NIELSSON, Joice Graciela. O Ensino Jurídico Brasileiro e a Formação do “medalhão” machadiano: em busca de alternativas à luz da profanação agambeniana e da carnavalização waratiana. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. Santa Maria, v. 11, n.1, p. 1-23. 2016.

ZIMMERMANN, Rafael. Apontamentos sobre a História do Direito no Brasil: Fatos Políticos e Histórico-Sociais. **Direito em Debate. Revista do departamento de ciências jurídicas e sociais da UNIJUI**. v. 23, n. 41, p.72-95, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate>. Acesso em: 22.ago.2021